

PRONUNCIAMENTO SOBRE ALGUMAS RAZÕES PARA A CONTINUIDADE DA CPI DO CACHOEIRA

***Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,
Amigos que nos assistem e nos ouvem
pelos meios de comunicação do Senado***

No dia 16 de outubro, os integrantes da CPMI do Cachoeira nos reunimos e decidimos dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão, requerendo a prorrogação do seu prazo.

O amigo que nos ouve lá em Mato Grosso certamente está se perguntando: para que continuar ? Não deviam já ter chegado a algum lugar ?

Certamente, muito já foi apurado, e graves constatações foram feitas – a sociedade acompanhou as sessões da CPMI e pôde constatar que muitos malfeitos foram revelados, apesar de todas as obstruções que tivemos que enfrentar e do “pacto de silêncio” que os principais envolvidos do esquema cumpriram para não declarar nada.

Mas continuamos a descobrir novos fatos relacionados a essa gente que precisam ser investigados. E fatos que também atingem o meu Mato Grosso.

Recentemente, eu pude constatar que uma obra de rodovia estadual, a manutenção emergencial da MT-322, entre São José do Xingu – e Bom Jesus do Araguaia, precisa ser olhada muito de perto.

É uma recuperação de 164 quilômetros de estrada de terra, contratada pela Secretaria de Transportes do Mato Grosso em junho de 2011, com prazo de quatro meses para a obra, e que foi paga em seu valor praticamente total nesses mesmos quatro meses.

Então, qual é o problema ? Começa pela empreiteira: é a Construtora Rio Tocantins, um dos principais alvos da CPI, investigada pela ligação com negócios escusos da empreiteira Delta e pela participação de Carlinhos Cachoeira e Fernando

Cavendish (o dono da Delta) nas suas principais decisões.

Mas ela ganhou uma licitação para essa obra ? Não, a Secretaria contratou a Rio Tocantins sem licitação, alegando emergência. Mas a suposta emergência era só o estado precário da estrada, como tantas em Mato Grosso, sem qualquer fenômeno natural ou qualquer outra circunstância imprevista. Dizer que a estrada está precária justifica certamente agir para consertá-la, mas não é razão para deixar de fazer uma concorrência entre empresas idôneas.

Mais do que isso, no pedido de dispensa da licitação, a Secretaria de Transportes indica três empresas para serem contactadas e apresentarem propostas: **todas as três** fazem parte do núcleo de interesses escusos ao contraventor Carlos Cachoeira, todas as três são investigadas diretamente pela CPI (a Construtora Rio Tocantins, a JM Terraplenagem e Construções e a própria Delta Construções).

Imaginem os senhores: o Estado contrata sem licitação, e escolhe entre todos os fornecedores

do país exatamente as três empresas controladas pelo senhor Cachoeira e pelo senhor Cavendish.

Mas o serviço foi feito de verdade ? Aí a coisa fica ainda mais grave: eu examinei os documentos de medição, aqueles em que a Secretaria atesta os serviços realizados. E vi que os preços cobrados pela empreiteira para os principais serviços, aqueles que fazem a maior parte do preço, são absurdamente menores que os mesmos preços que o governo federal aceita como possíveis de serem cobrados. São pouco mais que a metade dos preços que o DNIT aponta como os preços médios de mercado para Mato Grosso.

Mas isso não é bom ? Não. Com todos os problemas que tem o DNIT, a sua pesquisa de preços – o sistema SICRO - é considerada unanimemente como a melhor estimativa dos preços de mercado para obras de rodovias. Se a empreiteira Rio Tocantins cobra de Mato Grosso metade do preço de mercado, tem alguma coisa errada. Ninguém trabalha de graça: se essa empresa não recebe o suficiente para pagar o

custo do serviço, vai receber o dinheiro mas não vai entregar esse serviço. O povo de Mato Grosso pode estar pagando uma obra que não saiu do papel.

Aliás, isso não é nenhuma novidade. Nós comprovamos na CPI que é exatamente isso que a empreiteira Delta faz em dezenas de grandes contratos com governos no país inteiro: contrata um serviço e entrega pela metade, ou com defeito. Não seria de estranhar se estivesse fazendo isso também em Mato Grosso.

Precisamos investigar isso. Eu já passei ao Tribunal de Contas do Estado, por meio de uma denúncia formal, os resultados dessa investigação. Mas também a CPMI precisa examinar esse caso, para verificar a relação entre esse contrato e as práticas irregulares de todas as empreiteiras vinculadas a essa organização criminosa.

Mas não é só isso: essas mesmas três empresas vinculadas a Carlos Cachoeira que foram, digamos assim, “selecionadas” sem licitação para disputar essa obra são doadoras assíduas de dinheiro

para campanhas eleitorais, segundo o TSE. Vejamos as eleições de 2010. A Rio Tocantins doou mais de setecentos mil reais a candidatos e comitês do PMDB de Tocantins. A JM Terraplanagem espalhou exatos setecentos mil reais para comitês do PT e do PCdoB no Acre. E a famigerada Delta doou dois milhões e trezentos mil reais para os comitês nacionais de campanha do PT e do PMDB.

São atividades e interesses legítimos ? Talvez sejam, talvez não. Esses partidos e candidatos que se beneficiaram das doações precisam, para o seu próprio interesse, para conservar o seu bom nome, que isso seja esclarecido. Se a CPMI não for a fundo nessas relações entre as empreiteiras contratadas pelos governos e as campanhas dos políticos que decidem os contratos desses mesmos governos, corremos todos nós o risco de continuar perdendo o dinheiro público nos ralos da corrupção – e obras públicas são uma montanha de dinheiro que atrai muita corrupção. E os políticos honestos vão ficar sempre sob suspeita, porque não se conseguiu

separar o joio do trigo, identificar quais são aqueles comprometidos com esses interesses escusos e quais os que não se deixam influenciar por essas tentativas de ilícito.

Eu continuo, em qualquer caso, a fazer essa fiscalização, a defender o dinheiro suado do povo de Mato Grosso. Fico feliz em dizer que muitos colegas da CPMI do Cachoeira também estão dispostos a continuar essa ação prorrogando o prazo de seus trabalhos. Vamos lutar dentro da Comissão Parlamentar de Inquérito para que esse prazo maior se transforme em mais constatações, mais provas, mais instrumentos para defender o cidadão brasileiro. Como eu sempre digo, estou aqui para combater o bom combate, honrar os votos dos matogrossenses e representar os interesses do nosso povo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.